

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2026

(Processo nº: 21/2026)

Valor Global Estimado: R\$ 81.571,60 (Oitenta e um mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SARZEDO-MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº: 02.306.182/0001-59, com sede na Rua Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro, Sarzedo-MG, CEP: 32450-000, torna publica a abertura do procedimento de Pregão na Forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, com fundamento da Lei Federal nº14.133/21, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei complementar 147/2023 Lei Municipal 969/2024 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como, nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1 – DO OBJETO:

1.1 O presente pregão eletrônico tem por objeto a Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de backup em nuvem (Cloud Backup), incluindo implantação, configuração, suporte técnico, monitoramento contínuo, licenciamento e treinamento, visando à proteção, armazenamento seguro, replicação externa e restauração dos dados da Câmara Municipal de Sarzedo, durante os próximos 12 meses.

2 – DA SESSÃO PÚBLICA:

2.1- A sessão pública da abertura deste certame ocorrerá no dia, horário e local especificados abaixo:

Data da publicação: 26/05/2026.

Recebimento de Propostas: até às 09 horas do dia 10/06/2026.

Dia e horário de início da Sessão: dia 10/06/2026 às 09h30min.

Local: Site www.licitanet.com.br

Informações e esclarecimentos: compras@camarasarzedo.mg.gov.br / (31)3577-8000

2.2- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1 – Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 – Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1 – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Câmara de Sarzedo, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2 – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3 – Empresa impedida de licitar e contratar com a Câmara de Sarzedo, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5 – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6 - Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

3.2.6.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7 – Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.8 - Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.9 - Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência; Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.10 - Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens com grande número de fornecedores aptos no mercado.

3.3 – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitanet.com.br.

3.4 - A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

4.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitanet.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO:

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitanet (www.licitanet.com.br).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Câmara de Sarzedo, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, OS LICITANTES ASSINARÃO “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES (PASSO 1 – na plataforma www.licitanet.com.br):

I.Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

II.Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da

Lei Federal nº 14.133/21.

- III.** Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- IV.** Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- V.** Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- VI.** Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- VII.** Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- VIII.** Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- IX.** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- X.** () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei e neste Edital.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.7.1 - Caso o licitante não anexe os **documentos de habilitação** junto a proposta, estes serão solicitados pelo pregoeiro, **apenas do(s) licitante(s) vencedor(es)**, que os anexem no **prazo de 2 (duas) horas** a contar da convocação, em campo próprio do sistema.

6.8 - Os **documentos complementares** à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido

pelo pregoeiro, considerando o mínimo de 10(dez) minutos, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

6.9 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.9.1 - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do pregoeiro, via sistema.

6.10 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.11 - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.12 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.13 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (PASSO 2 – na plataforma www.licitanet.com.br):

7.1.1 - Valor unitário e total do lote e seus itens;

7.1.2 - Marca dos produtos ofertados.

7.1.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do

Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.1.4- CASO HAJA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE EM SUA PROPOSTA OU NOS ITENS SOLICITADOS ACIMA, ESTE SERÁ DESCLASSIFICADO DE IMEDIATO.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, **deverá ser considerado o descritivo do Edital.**

8. - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1- Registro comercial no caso de firma individual; OU

8.2- Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores; OU

8.3- Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício; OU

8.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo

órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.5- Documento de Identidade do representante legal da empresa.

8.6- Quanto a regularidade fiscal e trabalhista será necessária comprovar:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do **CNPJ**;
- b) prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, **Cartão de Inscrição Estadual**, (se houver);
- e) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF - FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou positiva com efeito de Negativa;
- h) Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial ou “Certidão de breve relato” emitida no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas com data de emissão de até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do procedimento, que servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
- i) Alvará de funcionamento;

8.7- Quanto a qualificação econômico-financeira e o balanço patrimonial:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações

contábeis do último exercício social, apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira do licitante, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Entende-se por “na forma da lei” o seguinte:

a.1. Quando S/A, balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e § 5º, da Lei Federal nº6.404/76);

a.2. Quando outra forma societária, BALANÇO PATRIMONIAL, **acompanhado** de cópia do Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário **do qual foi extraído** (art. 5, § 2º do Decreto Lei nº486/69), autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio ou Balanço Patrimonial arquivado no órgão competente na forma da legislação vigente;

a.3 Tratando-se de empresa que ainda não encerrou o seu primeiro exercício contábil, por ter sido constituída a menos de um ano, deverá apresentar em substituição ao subitem anterior, o balanço de abertura, considerando-o para fins de comprovação da boa situação financeira, devidamente autenticado no órgão competente do Registro do Comércio, em atendimento conforme Lei Federal nº 14.133/21.

b. Para efeitos de comprovação da boa situação financeira do licitante, serão avaliadas as demonstrações de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Índice de Solvência Geral, realizando-se cálculo de índices contábeis, adotando-se as seguintes fórmulas e pontuações:

b.1. Índice de Liquidez Geral (ILG) maior ou igual a 1.00 (um.zero.zero):

$$\text{ILG} = \frac{(\text{Ativo Circulante}) + (\text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Exigível a Longo Prazo})}$$

b.2. Índice de Solvência Geral (ISG) maior ou igual a 1.00 (um.zero.zero):

$$\text{ISG} = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante}) + (\text{Exigível a Longo Prazo})}$$

b.3. Índice de Liquidez Corrente (ILC) maior ou igual a 1.00 (um.zero.zero):

$$\text{ILC} = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

b.3.1 Nos índices acima manter as 02 (duas) casas decimais.

b.4. As fórmulas deverão estar aplicadas em memorial de cálculos, anexados ao balanço, e assinado pelo representante legal da empresa e/ou contador da empresa.

b.5. As empresas que adotem a Escrituração Contábil Digital, enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar as Demonstrações Contábeis, os Termos de abertura e encerramento e o Recibo de Entrega de Livro Digital emitidos pelo Sistema Validador do SPED, referente aos dois últimos exercícios.

b.6. Nota Explicativa: JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE ÍNDICES FINANCEIROS – Os índices financeiros indicados neste edital são usuais de mercado e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

8.7.1 - Certidão negativa de **falência e concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física

8.8 Quanto a capacidade técnica deverá apresentar:

8.8.1- Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa de direito público ou privado, demonstrando que a licitante forneceu objeto semelhante em características, quantidade e prazos.

8.8.2- Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.3- Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

8.8.4- Nota 03 – A ausência de anexação de certidão fiscais que possam ser conferidas em meio eletrônico **não será** motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo a Pregoeira realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade fiscal da empresa.

8.8.5- Nota 04 - A ausência do documento de que trata a letra “g” do item 8.2, NÃO é de

caráter eliminatório, serve SOMENTE para comprovação de do enquadramento com vistas a usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006.

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 9.11** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 0,10 (dez centavos).
- 9.12** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**.
- 9.13** – Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapa:
- 9.13.1** - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;
- 9.13.2** – Vencido o prazo previsto no inciso anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;
- 9.14** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15** - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 9.16** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.17** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.18** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.19** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.20** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.21** - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas

de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.22 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.23 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.24 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.25 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.26 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

9.27 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.27.1 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.27.2 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.27.3 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.27.4 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.27.5 - Empresas brasileiras;

9.27.6 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.27.7 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.28 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.29 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.30 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10– DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 1.643/2024.

10.2 - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

10.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar **documento digital complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao

licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “**chat**”.

11– DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

11.1 - Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2 - O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/mais vantajoso.

11.3 - Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

11.5 - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6 - Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1 - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.8 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.9 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.10 - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL):

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. A proposta somente não será atualizada automaticamente quando houver mais de um item dentro do lote, cabendo ao fornecedor a atualização dos valores de sua proposta no prazo máximo de 30 (TRINTA) minutos, ou, em outro prazo informado pelo Pregoeiro.

13- DO RECURSO:

13.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e concederá **o prazo de no mínimo (10) dez minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

13.2 - A falta de manifestação imediata da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

13.3 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1 - Nesse momento o Pregoeiro verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2 - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4 - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior homologará e adjudicará o procedimento licitatório, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.643/2024.

15– DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

15.1 – A contratação decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificado na minuta anexa a este instrumento.

16- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

16.1.1- É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CONTRATANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

16.1.2- Assinar o contrato no prazo estabelecido no item **DO CONTRATO**.

16.1.3 - Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao **CONTRATANTE**.

16.1.4- Carregar e disponibilizar o(s) produto(s)/serviço(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

16.1.2.1- O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

16.1.2.2- O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo **CONTRATANTE**, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

16.1.2.3- Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

16.1.2.4- Fornece materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

16.1.4- Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pela Câmara de Sarzedo, conforme quantitativos dos produtos/serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

16.1.5- Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos/serviços que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto/serviços e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 02 (dois) dias, podendo o **CONTRATANTE** conceder prazo maior.

16.1.6- Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto/serviço com defeito de fabricação.

16.1.7- Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuá-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

16.1.8- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

16.1.9- Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

16.1.10- Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.1.11- Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

16.1.12- Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

16.1.13- Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

17 - DO CONTRATO:

17.1 - O contrato, se celebrado, deverá ser assinado com o licitante vencedor em até 48 (quarenta e oito) horas após a convocação pela Câmara de Sarzedo, via sistema eletrônico e e-mail, nos termos da minuta, sob pena de decair do direito à contratação.

17.1.1 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem

de classificação para celebrar o contrato.

17.2 - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

18.1 - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

18.2 - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

18.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;

18.4 - Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

18.5 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

18.6 - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

18.7 - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

19 – DA FISCALIZAÇÃO

19.1 - A entrega do produto/serviço e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da Administração da Câmara de Sarzedo, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

19.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o

CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) Receber o produto/serviço, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s)/serviço(s);
- g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s)/serviço(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

20 - DO PAGAMENTO:

20.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 10º (decimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

20.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

20.1.2 - A contagem para o 10º (decimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização da Câmara de Sarzedo e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

20.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Câmara de Sarzedo, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Solicitação de Fornecimento.

20.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus a Câmara de Sarzedo.

20.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

20.3 – A Câmara de Sarzedo poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão

fiscalizador da Câmara de Sarzedo.

- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Câmara de Sarzedo.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com a Câmara de Sarzedo/MG quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

20.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa da Câmara de Sarzedo, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do INPC do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

20.5 - A despesa decorrente desta licitação por pregão correrá por conta das seguintes dotações:

20.5.1 FICHA 21 – 3.3.90.40.00.00.00.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

21. – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para a Câmara de Sarzedo, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração,

na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

21.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

21.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.4 – DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES:

22.4.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

22.4.1.1 - Retardarem a execução do pregão;

22.4.1.2 – Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

22.4.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

23– DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

23.1 - O Objeto contratado terá vigência nos termos constante da minuta contratual parte integrante deste.

24– DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DOS PREÇOS:

24.1 - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano, resguardados os casos previstos na Lei 14.133/2021.

24.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer ao contratante a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

24.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço em relação às condições inicialmente pactuadas;

24.2.2 – Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

25– DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO:

25.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pelo pregão eletrônico, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

26 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:

26.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

26.1.1 - Descumprir as condições da contratação;

26.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

26.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

27 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

27.1– Homologada a licitação o adjudicatário será convidado a assinar o CONTRATO.

27.2– Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

27.3- É facultado ao **PREGOEIRO** ou a **AUTORIDADE SUPERIOR**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.– Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

27.4 – Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando- o às penalidades legalmente estabelecidas

27.5 – Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

27.6 – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

27.7 – A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 125.

27.8 – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

27.9 - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

27.10- A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e

devidamente comprovado.

27.11- O **PREGOEIRO**, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.12– É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

27.13- Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pelo **PREGOEIRO** de forma exclusiva pela plataforma de licitações Licitanet (www.licitanet.com.br).

27.14- Integram o Presente Edital:

- a) **ANEXO I – MODELO DE PROPOSTAS;**
- b) **ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO;**
- c) **ANEXO III – Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho e Inexistência de fato superveniente que impeça a habilitação;**
- d) **Anexo IV – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos para habilitação;**
- e) **V – TERMO DE REFERÊNCIA;**
- f) **ANEXO VI – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;**
- g) **ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO;**

27.16- Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico www.licitanet.com.br ou www.camarasarzedo.mg.gov.br

27.17 - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete- a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

27.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.19 - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

27.20 - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

27.21 - O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

27.22 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.23 – O Instrumento Convocatório é parte integrante do edital.

27.24. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de licitações, nos dias úteis, das 8h às 11h e das 13h às 17h ou pelo telefone 31-3577-8000 e e-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico www.licitanet.com.br.



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro, Sarzedo –
Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000 – (31) 2117-6222

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

Mateus Pinheiro da Silva Amaral
Agente de Contratação

Paulo Geovani Barbosa Pereira
Presidente da Câmara

Thiago Camilo Pinto - OAB MG 134.998
Procurador Jurídico da Câmara de Sarzedo



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais
CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000
Tel.: (031) 3577/8000
E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTAS

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta 60 dias;

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<p>IMPLANTAÇÃO-TREINAMENTO-DOCUMENTAÇÃO COMPREENDE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO DE BACKUP EM NUVEM, INCLUINDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA ENTRADA EM OPERAÇÃO ASSISTIDA, SENDO:</p> <p>LEVANTAMENTO DETALHADO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO DA CONTRATANTE (SERVIDORES FÍSICOS, VIRTUAIS, VOLUMES DE DADOS, SISTEMAS E APLICAÇÕES) COMPATIBILIDADE COM WINDOWS SERVER, LINUX E AMBIENTES DE VIRTUALIZAÇÃO(HYPERV)</p> <p>DEFINIÇÃO DA ARQUITETURA DA SOLUÇÃO DE BACKUP E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS</p> <p>INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE AGENTES, SOFTWARES E CONSOLES DE GERENCIAMENTO</p> <p>PARAMETRIZAÇÃO DAS ROTINAS DE BACKUP (COMPLETO, INCREMENTAL E DIFERENCIAL)</p> <p>CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS DE RETENÇÃO (DEFINIÇÃO DE POLÍTICA DE RETENÇÃO DE DADOS DE 7 DIAS CORRIDOS), VERSIONAMENTO E CRIPTOGRAFIA</p> <p>CONFIGURAÇÃO DE REPLICAÇÃO EXTERNA E ARMAZENAMENTO EM NUVEM</p>	SRV	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,

Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

EXECUÇÃO DE TESTES DE CONECTIVIDADE, DESEMPENHO E SEGURANÇA

REALIZAÇÃO DE BACKUP INICIAL (FULL BACKUP)

EXECUÇÃO DE TESTES DE RESTAURAÇÃO (ARQUIVOS, PASTAS E SERVIDORES COMPLETOS)

VALIDAÇÃO TÉCNICA JUNTO À EQUIPE DA CONTRATANTE

INCLUI AINDA:

TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL, COM CARGA MÍNIMA DE 4 HORAS, ABORDANDO:

OPERAÇÃO DA FERRAMENTA

MONITORAMENTO DAS ROTINAS

ANÁLISE DE ALERTAS E LOGS

PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

BOAS PRÁTICAS DE BACKUP E SEGURANÇA

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COMPLETA, CONTEMPLANDO:

ARQUITETURA DA SOLUÇÃO

CONFIGURAÇÃO IMPLEMENTADA

POLÍTICAS DE BACKUP

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA EXPANSÃO FUTURA

TODOS OS ITENS AQUI DESCRITOS TÊM COMO FUNDAMENTO O TERMO DE REFERÊNCIA E O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, CUJAS DISPOSIÇÕES SÃO CONSIDERADAS MAIS DETALHADAS E PREVALECEM PARA FINS DE INTERPRETAÇÃO. O PRESENTE DESCRITIVO NÃO EXCLUI TAIS DOCUMENTOS, MAS OS COMPLEMENTA, DEVENDO SER ANALISADO DE FORMA CONJUNTA E INTEGRADA A ELES.

2	SUPORTE-MONITORAMENTO-OPERAÇÃO-BACKUP-EM-NUVEM PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, SENDO MÊNSAL O QUANTITATIVO COMPREENDENDO: MONITORAMENTO ATIVO DAS ROTINAS DE BACKUP EM REGIME 24X7X365 VERIFICAÇÃO DIÁRIA DA EXECUÇÃO DOS BACKUPS TRATAMENTO DE FALHAS, ALERTAS E INCONSISTÊNCIAS REEXECUÇÃO AUTOMÁTICA OU ASSISTIDA DE ROTINAS COM ERRO ACOMPANHAMENTO DA INTEGRIDADE DOS DADOS ARMAZENADOS GESTÃO DO AMBIENTE DE BACKUP E CAPACIDADE CONTRATADA SUPORTE TÉCNICO REMOTO ESPECIALIZADO O SUPORTE DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS: REGIME 8X5 COM CANAL EMERGENCIAL FORA DO HORÁRIO COMERCIAL ATENDIMENTO POR TELEFONE, E-MAIL E SISTEMA DE CHAMADOS TODOS EM LINGUAGEM PORTUGUÊS-BRASIL TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA: 4 HORAS REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DE CHAMADOS (SLA) INCLUI AINDA: APOIO EM PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO SOB DEMANDA ORIENTAÇÃO TÉCNICA À EQUIPE DA CONTRATANTE ATUALIZAÇÕES E CORREÇÕES DA PLATAFORMA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	SRV MENSAL	12	R\$ 0,01	R\$ 1,20
3	VALOR MENSAL POR 5120 GIGAS SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO EM NUVEM PARA BACKUP DE DADOS, CONTEMPLANDO EM CADA GIGA : ARMAZENAMENTO SEGURO EM DATACENTER EXTERNO CRIPTOGRAFIA DE DADOS EM TRÂNSITO E EM REPOUSO REPLICAÇÃO EXTERNA DOS DADOS (GEORREDUNDÂNCIA OU REDUNDÂNCIA LÓGICA) ALTA DISPONIBILIDADE DA PLATAFORMA (MÍNIMO DE 99,5%) ESCALABILIDADE SOB DEMANDA RETENÇÃO CONFORME POLÍTICAS DEFINIDAS VERSIONAMENTO DE ARQUIVOS RECUPERAÇÃO POR PONTO NO TEMPO (POINT-IN-TIME RESTORE) INCLUI: TRÁFEGO DE DADOS (UPLOAD E DOWNLOAD), QUANDO APLICÁVEL ARMAZENAMENTO DE MÚLTIPLAS VERSÕES CONFORME POLÍTICA DE RETENÇÃO MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA EM NUVEM A SOLUÇÃO DEVERÁ SUPORTAR CRESCIMENTO FUTURO DO VOLUME ARMAZENADO, MEDIANTE AMPLIAÇÃO CONTRATUAL.	SRV MENSAL	12	R\$ 4673,20	R\$ 56.078,40

4	01 (UMA) LICENÇA MENSAL DE HOST (SERVIDOR FÍSICO) LICENCIAMENTO DA SOLUÇÃO DE BACKUP PARA PROTEÇÃO DE SERVIDOR FÍSICO (HOST), INCLUINDO: BACKUP COMPLETO DA MÁQUINA FÍSICA BACKUP EM NÍVEL DE IMAGEM (IMAGE-BASED BACKUP) COMPATIBILIDADE COM AMBIENTES VIRTUALIZADOS SUPORTE A RESTAURAÇÃO BARE-METAL (RECUPERAÇÃO COMPLETA DO SERVIDOR) INTEGRAÇÃO COM HIPERVISORES AGENDAMENTO E AUTOMAÇÃO DAS ROTINAS DE BACKUP GERENCIAMENTO CENTRALIZADO VIA CONSOLE INCLUI: ATUALIZAÇÕES DA LICENÇA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL SUPORTE ÀS VERSÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATÍVEIS PROTEÇÃO CONTÍNUA DO AMBIENTE FÍSICO	SRV MENSAL	12	R\$ 496,50	R\$ 5.958,00
5	05 LICENÇAS MENSAIS PARA MÁQUINAS VIRTUAIS: LICENCIAMENTO INDIVIDUAL PARA PROTEÇÃO DE MÁQUINAS VIRTUAIS, CONTEMPLANDO: BACKUP COMPLETO, INCREMENTAL E DIFERENCIAL BACKUP EM NÍVEL DE IMAGEM E/OU ARQUIVO RESTAURAÇÃO GRANULAR DE ARQUIVOS E PASTAS RESTAURAÇÃO COMPLETA DE MÁQUINAS VIRTUAIS RECUPERAÇÃO RÁPIDA EM CASO DE FALHA SUPORTE A AMBIENTES WINDOWS E LINUX COMPATIBILIDADE COM PLATAFORMAS DE VIRTUALIZAÇÃO INCLUI: GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE TODAS AS VMS AGENDAMENTO AUTOMATIZADO DE BACKUPS POLÍTICAS DE RETENÇÃO INDEPENDENTES POR VM SUPORTE A RECUPERAÇÃO POR PONTO NO TEMPO (POINT-IN-TIME RESTORE) A SOLUÇÃO DEVERÁ PERMITIR A INCLUSÃO DE NOVAS MÁQUINAS VIRTUAIS MEDIANTE EXPANSÃO CONTRATUAL	SRV MENSAL	12	R\$ 158,90	R\$ 9.534,00

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão por conta da Empresa contratada;

Razão social; - Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

LOCAL, _____ de _____ de 2026.



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,

Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, a empresa ----- CNPJ -----
endereço ----- por seu(s) representante(s) legal (is) abaixo assinado(s),
nomeia e constitui o Sr. ----- Cargo-----inscrito no CPF sob o nº---
-----, portador da cédula de identidade RG nº-----, residente e
domiciliado em -----, com endereço comercial na ----- ao
qual OUTORGA AMPLOS PODERES para representá-la em todos os atos inerentes ao
PREGÃO ELETRÔNICO----/2026PRC ---/2026 da Câmara de Sarzedo, podendo formular
lances, complementar proposta, interpor recursos ou ressalvas, renunciar a interposição
de recursos, acordar, transigir, desistir e receber avisos e intimações, assinar declarações,
contratos, atas de registro de preços, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e
fiel cumprimento deste instrumento.

Domicílio do Licitante, aos _____ de _____ de 2026.

Ass.: _____

Representante(s) legal (is) com carimbo da licitante



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

**ANEXO III – Modelo de Declaração de Regularidade com o Ministério do Trabalho e
Inexistência de fato superveniente que impeça a habilitação**

_____,
(Razão Social da Empresa) inscrita no CNPJ nº _____, Endereço:

_para fins de obter os benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/06, declara que:

- Estamos enquadrados, na condição de _____ (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte) e que não estamos incursos das vedações a que se reporta o §4 do art. 3º da Lei Complementar 123/06;
- Apresentamos a Receita Federal anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) e/ou Declaração Anual do Simples Nacional (DASM), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Conservamos em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem das receitas e a efetivação das despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar a situação patrimonial;

Estamos cientes de que a prestação de informações inverídicas nos sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Esta Declaração está vinculada à validade do Balanço Patrimonial do exercício não eximindo a responsabilidade da empresa em informar, através de Declaração, alterações que tenha ocorrido em seu Porte. Sendo a Declaração de Enquadramento para o reenquadramento do Porte da empresa e Declaração de Desenquadramento quando a empresa não se enquadrar mais como ME e EPP.

Sou optante do Sistema Simples Nacional? ☐ SIM ☐ NÃO

Local/ Data

Representante Legal



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

Anexo IV – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos para habilitação

À Câmara Municipal de Sarzedo

Pregão Eletrônico nº ---/2026.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E ATENDIMENTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO

A empresa -----, inscrita no CNPJ/MF sob nº -----
----, interessada em participar da licitação em epígrafe, da Câmara Municipal de Sarzedo, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Declara também sob as penas da Lei 14.133, de 2021, redação dada pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

Local e data

Ass.: _____

Identificação do representante Legal

Obs.: Usar papel timbrado da empresa ou carimbar com o CNPJ



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

V – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de backup em nuvem (Cloud Backup), destinados à proteção, armazenamento seguro, replicação externa e restauração dos dados institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo.

1.2 A solução deverá contemplar a disponibilidade de infraestrutura tecnológica em ambiente de nuvem, garantindo segurança de informação, integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados, bem como a continuidade dos serviços administrativos e institucionais da Câmara Municipal.

1.3 O escopo da contratação deverá abranger, no mínimo:

- a)** Armazenamento seguro de dados de infraestrutura em nuvem;
- b)** Replicação externa dos dados, com mecanismos de redundância e proteção contra perda de informações;
- c)** Monitoramento contínuo das rotinas de backup, com acompanhamento proativo e geração de relatórios;
- d)** Suporte técnico especializado, com atendimento em caso de falhas, incidentes ou necessidade de restauração de dados;
- e)** Operação assistida da solução, garantindo o correto funcionamento dos serviços contratados;
- f)** Implantação, configuração inicial e parametrização da solução;
- g)** Treinamento da equipe técnica da Câmara de Sarzedo para utilização, acompanhamento e gestão da solução.

1.4 Deverão estar incluídos todos os serviços, licenças, infraestrutura, mão de obra e demais recursos necessários à plena execução do objeto, garantindo o funcionamento contínuo, seguro e eficiente da solução contratada.



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

1.5 Os dados armazenados, processados ou protegidos pela solução contratada permanecerão sob propriedade exclusiva da Câmara Municipal de Sarzedo, sendo vedada à contratada qualquer forma de utilização, compartilhamento, reprodução ou tratamento diverso daquele necessário à execução contratual.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Descritivo do serviço contratado:

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<p>IMPLANTAÇÃO-TREINAMENTO-DOCUMENTAÇÃO COMPREENDE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO DE BACKUP EM NUVEM, INCLUINDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA ENTRADA EM OPERAÇÃO ASSISTIDA, SENDO:</p> <p>LEVANTAMENTO DETALHADO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO DA CONTRATANTE (SERVIDORES FÍSICOS, VIRTUAIS, VOLUMES DE DADOS, SISTEMAS E APLICAÇÕES) COMPATIBILIDADE COM WINDOWS SERVER, LINUX E AMBIENTES DE VIRTUALIZAÇÃO(HYPERV)</p> <p>DEFINIÇÃO DA ARQUITETURA DA SOLUÇÃO DE BACKUP E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS</p> <p>INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE AGENTES, SOFTWARES E CONSOLES DE GERENCIAMENTO</p> <p>PARAMETRIZAÇÃO DAS ROTINAS DE BACKUP (COMPLETO, INCREMENTAL E DIFERENCIAL)</p> <p>CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS DE RETENÇÃO (DEFINIÇÃO DE POLÍTICA DE RETENÇÃO DE DADOS DE 7 DIAS CORRIDOS), VERSIONAMENTO E CRIPTOGRAFIA</p> <p>CONFIGURAÇÃO DE REPLICAÇÃO EXTERNA E ARMAZENAMENTO EM NUVEM</p> <p>EXECUÇÃO DE TESTES DE CONECTIVIDADE, DESEMPENHO E SEGURANÇA</p> <p>REALIZAÇÃO DE BACKUP INICIAL (FULL BACKUP)</p> <p>EXECUÇÃO DE TESTES DE RESTAURAÇÃO (ARQUIVOS, PASTAS E SERVIDORES COMPLETOS)</p> <p>VALIDAÇÃO TÉCNICA JUNTO À EQUIPE DA CONTRATANTE</p>	SRV	1		

INCLUI AINDA:

TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL, COM CARGA MÍNIMA DE 4 HORAS, ABORDANDO:

OPERAÇÃO DA FERRAMENTA

MONITORAMENTO DAS ROTINAS

ANÁLISE DE ALERTAS E LOGS

PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

BOAS PRÁTICAS DE BACKUP E SEGURANÇA

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COMPLETA, CONTEMPLANDO:

ARQUITETURA DA SOLUÇÃO

CONFIGURAÇÃO IMPLEMENTADA

POLÍTICAS DE BACKUP

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA EXPANSÃO FUTURA

TODOS OS ITENS AQUI DESCRITOS TÊM COMO FUNDAMENTO O TERMO DE REFERÊNCIA E O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, CUJAS DISPOSIÇÕES SÃO CONSIDERADAS MAIS DETALHADAS E PREVALECEM PARA FINS DE INTERPRETAÇÃO. O PRESENTE DESCRITIVO NÃO EXCLUI TAIS DOCUMENTOS, MAS OS COMPLEMENTA, DEVENDO SER ANALISADO DE FORMA CONJUNTA E INTEGRADA A ELES.

2

SUPORTE-MONITORAMENTO-OPERAÇÃO-BACKUP-EM-NUVEM PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, SENDO MÊNSAL O QUANTITATIVO COMPREENDENDO: MONITORAMENTO ATIVO DAS ROTINAS DE BACKUP EM REGIME 24X7X365 VERIFICAÇÃO DIÁRIA DA EXECUÇÃO DOS BACKUPS TRATAMENTO DE FALHAS, ALERTAS E INCONSISTÊNCIAS REEXECUÇÃO AUTOMÁTICA OU ASSISTIDA DE ROTINAS COM ERRO ACOMPANHAMENTO DA INTEGRIDADE DOS DADOS ARMAZENADOS GESTÃO DO AMBIENTE DE BACKUP E CAPACIDADE CONTRATADA SUPORTE TÉCNICO REMOTO ESPECIALIZADO O SUPORTE DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS: REGIME 8X5 COM CANAL EMERGENCIAL FORA DO HORÁRIO COMERCIAL ATENDIMENTO POR TELEFONE, E-MAIL E SISTEMA DE CHAMADOS TODOS EM LINGUAGEM PORTUGUÊS-

SRV
MENSAL

12

	BRASIL TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA: 4 HORAS REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DE CHAMADOS (SLA) INCLUI AINDA: APOIO EM PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO SOB DEMANDA ORIENTAÇÃO TÉCNICA À EQUIPE DA CONTRATANTE ATUALIZAÇÕES E CORREÇÕES DA PLATAFORMA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.				
3	VALOR MENSAL POR 5120 GIGAS SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO EM NUVEM PARA BACKUP DE DADOS, CONTEMPLANDO EM CADA GIGA : ARMAZENAMENTO SEGURO EM DATACENTER EXTERNO CRIPTOGRAFIA DE DADOS EM TRÂNSITO E EM REPOUSO REPLICAÇÃO EXTERNA DOS DADOS (GEORREDUNDÂNCIA OU REDUNDÂNCIA LÓGICA) ALTA DISPONIBILIDADE DA PLATAFORMA (MÍNIMO DE 99,5%) ESCALABILIDADE SOB DEMANDA RETENÇÃO CONFORME POLÍTICAS DEFINIDAS VERSIONAMENTO DE ARQUIVOS RECUPERAÇÃO POR PONTO NO TEMPO (POINT-IN-TIME RESTORE) INCLUI: TRÁFEGO DE DADOS (UPLOAD E DOWNLOAD), QUANDO APLICÁVEL ARMAZENAMENTO DE MÚLTIPLAS VERSÕES CONFORME POLÍTICA DE RETENÇÃO MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA EM NUVEM A SOLUÇÃO DEVERÁ SUPPORTAR CRESCIMENTO FUTURO DO VOLUME ARMAZENADO, MEDIANTE AMPLIAÇÃO CONTRATUAL.	SRV MENSAL	12		
4	01 (UMA) LICENÇA MENSAL DE HOST (SERVIDOR FÍSICO) LICENCIAMENTO DA SOLUÇÃO DE BACKUP PARA PROTEÇÃO DE SERVIDOR FÍSICO (HOST), INCLUINDO: BACKUP COMPLETO DA MÁQUINA FÍSICA BACKUP EM NÍVEL DE IMAGEM (IMAGE-BASED BACKUP) COMPATIBILIDADE COM AMBIENTES VIRTUALIZADOS SUPORTE A RESTAURAÇÃO BARE-METAL (RECUPERAÇÃO COMPLETA DO SERVIDOR) INTEGRAÇÃO COM HIPERVISORES AGENDAMENTO E AUTOMAÇÃO DAS ROTINAS DE BACKUP GERENCIAMENTO CENTRALIZADO VIA CONSOLE INCLUI: ATUALIZAÇÕES DA LICENÇA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL SUPORTE ÀS VERSÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATÍVEIS PROTEÇÃO CONTÍNUA DO AMBIENTE FÍSICO	SRV MENSAL	12		
5	05 LICENÇAS MENSAIS PARA MÁQUINAS VIRTUAIS: LICENCIAMENTO INDIVIDUAL PARA PROTEÇÃO DE MÁQUINAS VIRTUAIS, CONTEMPLANDO: BACKUP COMPLETO, INCREMENTAL E DIFERENCIAL BACKUP EM NÍVEL DE IMAGEM E/OU ARQUIVO RESTAURAÇÃO GRANULAR DE ARQUIVOS E PASTAS RESTAURAÇÃO COMPLETA DE MÁQUINAS VIRTUAIS RECUPERAÇÃO RÁPIDA EM CASO DE FALHA SUPORTE A AMBIENTES WINDOWS E LINUX COMPATIBILIDADE COM PLATAFORMAS DE VIRTUALIZAÇÃO INCLUI: GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE TODAS AS VMS AGENDAMENTO AUTOMATIZADO DE BACKUPS POLÍTICAS DE RETENÇÃO INDEPENDENTES POR VM SUPORTE A RECUPERAÇÃO POR PONTO NO TEMPO (POINT-IN-TIME RESTORE) A SOLUÇÃO DEVERÁ PERMITIR A INCLUSÃO DE NOVAS MÁQUINAS VIRTUAIS	SRV MENSAL	12		

MEDIANTE EXPANSÃO CONTRATUAL

3. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1 A Câmara Municipal, atualmente, mantém cópias de segurança de seus dados exclusivamente em ambiente local, localizado no mesmo espaço físico em que se encontram os sistemas de produção.

3.2 Tal configuração representa risco significativo à segurança, disponibilidade e integridade das informações institucionais, uma vez que eventos como falhas de hardware, incidentes de segurança, erros humanos, sinistros físicos ou desastres naturais podem comprometer simultaneamente os dados originais e suas cópias de segurança, ocasionando perda total ou parcial de informações essenciais à atividade administrativa e legislativa.

3.3 Nesse contexto, a adoção de solução de backup em nuvem, com replicação externa dos dados, constitui medida indispensável para mitigação de riscos operacionais e garantia da continuidade dos serviços públicos, alinhando-se às boas práticas de segurança da informação e governança de dados.

3.4 A contratação da solução permitirá:

- a)** Proteção adicional dos dados institucionais, por meio de armazenamento externo e seguro;
- b)** Continuidade dos serviços públicos prestados pela Câmara Municipal, mesmo em situações de falha ou indisponibilidade do ambiente local;
- c)** Rápida recuperação das informações em caso de perda, exclusão acidental ou corrupção de dados;
- d)** Conformidade com boas práticas de segurança da informação, incluindo políticas de backup, redundância e recuperação de desastres.

3.5 Ressalta-se que a Câmara Municipal não dispõe de infraestrutura tecnológica própria capaz de garantir, de forma isolada, os níveis adequados de redundância, disponibilidade e segurança exigidos para a proteção dos dados institucionais, o que torna necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento da solução.

3.6 A presente contratação encontra respaldo nos princípios da Administração Pública, especialmente os da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e planejamento, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada proteção dos dados institucionais e a continuidade das atividades da Câmara Municipal de Sarzedo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 O dimensionamento da solução foi realizado com base no levantamento do volume atual de dados armazenados nos servidores virtuais em produção da Câmara Municipal de Sarzedo, conforme detalhado a seguir:

Servidor	Volume aproximado
HOST	71 GB
SVM-APP	71,9 GB
SVM-DCTL	73,9 GB
SVM-FRWL	81,6 GB
SVM-ZABBIX	27,1 GB
SVM-FSRV	3,54 TB

Total aproximado de dados protegidos: 3,87 TB.

4.1.1 Considerando o crescimento natural do ambiente e a necessidade de garantir margem de segurança operacional, foi adotado percentual de expansão de 20%, resultando em volume estimado de aproximadamente 4,6 TB.

4.1.2 A estimativa de crescimento de 20% foi definida com base na evolução histórica do ambiente tecnológico da Câmara, considerando expansão de arquivos institucionais, crescimento de bases de dados, aumento de documentos digitais e necessidade de retenção segura de versões e cópias históricas.

4.1.3 Por critério de segurança, padronização administrativa e prevenção de insuficiência de capacidade, adotou-se como referência a contratação de 5 TB (Cinco terabytes) de armazenamento inicial.

4.1.4 A solução deverá ser escalável, permitindo ampliação da capacidade contratada mediante termo aditivo.

4.2 A contratação deverá contemplar, inicialmente no mínimo de capacidade de 5 TB (cinco

terabytes) de armazenamento em nuvem para backup dos dados institucionais.

4.3 Requisitos funcionais da Solução.

4.3.1 A solução deverá possuir no mínimo as seguintes funcionalidades:

- a) Execução de backup completo, incremental e diferencial;
- b) Restauração granular de arquivos e pastas;
- c) Restauração completa de servidores físicos e virtuais;
- d) Compatibilidade com sistemas operacionais Windows Server, Linux e ambientes de virtualização Hyper-V e equivalentes;
- e) Console centralizado de gerenciamento da solução;
- f) Geração de alertas automáticos e relatórios de execução das rotinas de backup;
- g) Definição de políticas de retenção de dados, com prazo mínimo de 7 (sete) dias corridos;
- h) Replicação externa dos backups;
- i) Versionamento de arquivos;
- j) Recuperação por data e hora específica (point-in-time restore);
- k) Registro de logs de auditoria;
- l) Controle de acesso por perfis de usuário.

4.4 Requisitos não funcionais

4.4.1 A solução deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Criptografia dos dados em trânsito e em repouso;
- b) Disponibilidade mínima da plataforma de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) ao mês;
- c) Replicação dos dados em ambiente remoto;
- d) Armazenamento em datacenter externo seguro;

- e) Escalabilidade da solução;
- f) Atualização contínua da plataforma durante toda a vigência contratual.
- g) Conformidade com a LGPD, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

4.5 Datacenter

4.5.1 Os dados deverão ser armazenados em datacenter localizado preferencialmente em território nacional, certificado, no mínimo, como **TIER III**, conforme critérios da Uptime Institute, ou certificação equivalente que comprove elevado nível de segurança, disponibilidade e confiabilidade da infraestrutura.

4.6 Suporte Técnico

4.6.1 O suporte técnico deverá ser prestado em regime mínimo de 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), com canal de atendimento emergencial disponível também fora do horário comercial.

4.6.2 A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes canais de atendimento:

- a) Telefone;
- b) E-mail;
- c) Sistema de abertura e acompanhamento de chamadas.

4.6.3 O prazo máximo para resposta inicial aos chamados deverá ser de até 4 (quatro) horas.

4.6.4 Deverá ser garantido o monitoramento contínuo das rotinas de backup em regime **24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, durante todo o ano).**

5. IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 A implantação da solução de backup em nuvem compreende o conjunto de atividades técnicas necessárias à disponibilização, configuração e entrada em operação do serviço contratado, devendo ser executada de forma planejada, estruturada e supervisionada.

5.2 A implantação deverá contemplar, no mínimo:

- a) Planejamento técnico inicial da solução, considerando as características do ambiente da Câmara de Sarzedo;

- b)** Levantamento detalhado da infraestrutura existente, incluindo servidores, volumes de dados, sistemas operacionais e requisitos específicos;
- c)** Definição e parametrização das rotinas de backup, incluindo periodicidade, tipos de backup (completo, incremental e diferencial) e políticas e retenção;
- d)** Configuração da solução em ambiente de nuvem, incluindo credenciais, permissões, políticas de segurança e integração com os sistemas existentes;
- e)** Execução de testes de conectividade, desempenho e redundância, garantindo a comunicação adequada entre o ambiente local e a nuvem;
- f)** Execução inicial das rotinas de backup, com verificação da integridade dos dados armazenados;
- g)** Realização de testes de restauração (restore), visando validar a efetividade da solução implantada;
- h)** Validação técnica da solução pela Contratante, mediante verificação do pleno funcionamento dos serviços contratados.

5.3 A implantação deverá ocorrer em até 15 dias úteis contados da emissão da Ordem de Serviço, devendo a solução estar plenamente operacional ao final desse período.

5.4 A fase de implantação caracteriza-se como evento único, não se confundindo com a execução continuada dos serviços de monitoramento, suporte técnico e manutenção da solução, os quais deverão ser prestados durante toda a vigência contratual.

5.5 Todos os custos relacionados à implantação, incluindo mão de obra, configuração, testes, deslocamentos (quando aplicável) e demais atividades necessárias, deverão estar incluídos no valor contratado, não sendo admitida cobrança adicional a qualquer título.

6.1 A contratada deverá realizar treinamento técnico destinado à equipe de informática da Câmara Municipal de Sarzedo, com o objetivo de capacitar os servidores para a adequada utilização, acompanhamento e gestão da solução de backup em nuvem contratada.

6.2 O treinamento deverá possuir carga horária mínima de **04 (quatro) horas**, devendo ser realizado de forma presencial ou online, conforme definição da Administração.

6.3 O conteúdo programático deverá abranger, no mínimo:

- a) Arquitetura e funcionamento geral da solução;
- b) Configuração e parametrização das rotinas de backup;
- c) Monitoramento e acompanhamento das execuções de backup;
- d) Verificação da integridade dos dados armazenados;
- e) Procedimentos de restauração de dados (restore), incluindo cenários parciais e completos;
- f) Boas práticas de operação, segurança e gestão da solução.
- g) Outras práticas não mencionadas anteriormente, mas que sejam necessárias para o bom funcionamento dos serviços.

6.4 O treinamento deverá ser realizado após a conclusão da fase de implantação da solução, garantindo que o ambiente esteja plenamente operacional para fins de demonstração prática.

6.5 A contratada deverá disponibilizar material de apoio ao treinamento, em formato digital, contendo orientações operacionais, procedimentos básicos e instruções para utilização da solução.

6.6 Todos os custos relacionados ao treinamento, incluindo instrutor, material didático, plataforma de realização e demais recursos necessários, deverão estar incluídos no valor da contratação, não sendo admitida cobrança adicional.



7. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO

7.1 A contratada deverá fornecer documentação técnica completa, atualizada e detalhada da solução de backup em nuvem implantada, com o objetivo de assegurar a adequada operação, gestão, manutenção e continuidade dos serviços pela equipe técnica da Câmara Municipal de Sarzedo.

7.2 A documentação deverá contemplar, no mínimo, os seguintes conteúdos:

7.2.1 Documentação de Implantação:

- a)** Descrição da arquitetura da solução implementada;
- b)** Identificação dos componentes utilizados;
- c)** Detalhamento da configuração inicial da solução;
- d)** Relação dos servidores, sistemas e volumes de dados protegidos.

7.2.2 Documentação Operacional:

- a)** Procedimentos para execução e monitoramento das rotinas de backup;
- b)** Verificação de status das execuções;
- c)** Interpretação de alertas, falhas e notificações do sistema.

7.2.3 Documentação de Restauração:

- a)** Procedimentos para restauração de arquivos individuais;
- b)** Procedimentos para restauração de pastas;
- c)** Procedimentos para restauração completa de servidores e ambientes.

7.2.4 Documentação de Administração:



a) Procedimentos para inclusão de novos servidores ou volumes de dados;

b) Alteração e gestão de políticas de backup e retenção;

c) Gerenciamento da capacidade de armazenamento contratada.

7.3 A documentação deverá ser entregue em formato digital (PDF ou equivalente), de forma organizada, clara e de fácil compreensão, devendo ser disponibilizada à Contratante ao final da implantação da solução.

7.4 Sempre que houver alterações relevantes na configuração da solução, a contratada deverá atualizar a documentação técnica, garantindo sua aderência ao ambiente vigente durante toda a execução contratual.

7.5 Todos os custos relacionados à elaboração, atualização e disponibilização da documentação técnica deverão estar incluídos no valor contratado, não sendo admitida cobrança adicional.

7.6 A licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente contratação.

7.6.1 Serão considerados compatíveis, para fins de comprovação de capacidade técnica, serviços relacionados a:

a) Soluções de backup em nuvem (Cloud Backup);

b) Monitoramento e gerenciamento de rotinas de backup;

c) Restauração e recuperação de dados;

d) Gerenciamento de ambientes de backup e armazenamento de dados;

e) Implantação, configuração ou suporte técnico de soluções de proteção e recuperação de dados.

7.6.2 Os atestados apresentados deverão demonstrar que a licitante possui experiência



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

compatível com a complexidade, natureza tecnológica e características operacionais da solução objeto deste Termo de Referência.

7.6.3 A administração poderá realizar diligências para verificação da autenticidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, esclarecimentos ou comprovação adicionais, nos termos da Lei nº.: 14.133/2021.

8. QUANTIDADES ESTIMADAS

8.1 Para fins de dimensionamento da solução e elaboração da proposta, foram consideradas as seguintes estimativas:

- a)** Volume Inicial estimado de dados: 5 TB (Cinco Terabytes);
- b)** Crescimento anual previsto: 1 TB (Um terabyte);
- c)** Número de servidores ou equipamentos a serem protegidos: 5 (cinco) máquinas virtuais (VMs) e 1 (um) host físico;
- d)** Quantidade estimada de licenças, agentes ou instâncias necessárias: 5 (cinco) VMs e 1 (um) host.

8.2 As quantidades acima possuem caráter estimativo, podendo sofrer variações ao longo da execução contratual, conforme a evolução do ambiente tecnológico da Câmara Municipal de Sarzedo.

8.3 A solução deverá permitir expansão da capacidade de armazenamento e inclusão de novos servidores, mediante necessidade da Administração e formalização por meio de termo aditivo, observados os limites legais e contratuais.

9. DOS PRAZOS, FORMA E LOCAL DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

9.1 A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, durante toda a vigência contratual, compreendendo a implantação, operação, monitoramento e suporte da solução de backup em nuvem, conforme as necessidades da Câmara Municipal de Sarzedo.

9.2 A execução inicial dos serviços será formalizada mediante emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, a partir do qual se dará início à implantação da solução.

9.3 A execução deverá compreender, no mínimo:

- a) Implantação da solução de backup em nuvem;
- b) configuração inicial do ambiente e das rotinas de backup;
- c) Operação assistida da solução;
- d) Execução periódica das rotinas de backup;
- e) Realização de testes periódicos de restauração de dados;
- f) Monitoramento contínuo das rotinas de backup e da integridade dos dados.

9.4 Os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, garantindo a proteção, disponibilidade e integridade dos dados institucionais, sem prejuízo das atividades administrativas e operacionais da Câmara.

9.5 A execução deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo requisitos de segurança da informação, níveis de serviço (SLA), políticas de retenção e demais condições contratuais.

9.6 O acompanhamento da execução será realizado pelo Contratante, por meio de servidor designado para fiscalização contratual, que realizará a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

9.7 O recebimento dos serviços será realizado de forma contínua, mediante acompanhamento da execução e validação das rotinas de backup, monitoramento e testes de restauração realizados.

9.8 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação:

- a) Do correto funcionamento da solução implantada;
- b) Da execução regular das rotinas de backup;



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

- c) Da integridade e disponibilidade dos dados armazenados;
- d) Da efetividade dos testes de restauração realizados;
- e) Do atendimento os níveis de serviços estabelecidos.

9.9 Constatadas irregularidades na execução dos serviços, a Contratada deverá adotar as providências necessárias para correção imediata, ou no prazo máximo a ser definido pela Contratante, sem ônus adicional.

9.10 O descumprimento das obrigações, a falha na execução dos serviços ou o não atendimento aos níveis de serviço estabelecidos caracterizará inexecução contratual, sujeitando a Contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e neste Termo de Referência, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

10. PROCEDIMENTOS E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Em observância à Portaria nº 97, de 13 de agosto de 2025, da Câmara Municipal de Sarzedo, a servidora Gislene da Silva Rafino está designada para exercer, a função de Fiscal de todos os contratos administrativos decorrentes de processos licitatórios. Assim, as responsabilidades descritas nos subitens seguintes deverão ser executadas pela mesma agente, mediante registro de justificativa para a ausência de segregação de funções.

Designação e responsabilidades:

I - Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos contratos, garantindo a estrita observância das cláusulas e demais disposições legais aplicáveis;

II – Controlar prazos de vigência, acompanhar a entrega de bens e a prestação dos serviços contratos, propor alterações contratuais quando cabíveis e comunicar formalmente quaisquer irregularidades constatadas;

III – Atuar como interlocutora técnica e administrativa junto às empresas contratadas, prestando orientações e solicitando correções necessárias para assegurar a adequada execução dos contratos;

IV – Atestar conformidade dos documentos fiscais, relatórios e demais instrumentos comprobatórios necessários à liquidação e ao pagamento das obrigações contratuais;



V – Elaborar relatórios técnicos e gerenciais, devidamente fundamentados, registrando todas as ocorrências relevantes relativas à execução contratual;

VI – Recomendar, sempre que necessário, à autoridade competente, a adoção de medidas administrativas cabíveis em face de eventuais descumprimentos ou irregularidades identificadas;

VII – Cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação vigente, bem como pelos princípios que regem a Administração Pública, em especial os das legalidades, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, permanecendo a contratada responsável por quaisquer vícios ou irregularidades do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1 Executar os serviços objeto da contratação de forma rigorosa, integral e tempestiva, em estrita conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço (SLA), condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e na proposta apresentada, independentemente de transcrição.

11.2 Cumprir integralmente todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e securitária, relativamente ao pessoal envolvido na execução do objeto, não existindo qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade da Câmara Municipal de Sarzedo em relação aos seus colaboradores.

11.3 Implantar, configurar e manter a solução de backup em nuvem em pleno funcionamento, garantindo a execução regular das rotinas de backup, a integridade dos dados, a disponibilidade da solução e o atendimento aos níveis de serviço estabelecidos.

11.4 Garantir a segurança da informação, adotando mecanismos de proteção adequados, incluindo criptografia de dados em trânsito e em repouso, controle de acesso, registro de logs e demais práticas compatíveis com normas técnicas e boas práticas do setor.

11.5 Não transferir, ceder, subcontratar ou repassar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação, sem prévia e expressa autorização da Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

11.6 Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 14.133/2021.

11.7 Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados, assegurando a correta execução das rotinas de backup, a efetividade dos procedimentos de restauração e a conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.8 Realizar monitoramento contínuo das rotinas de backup, identificando e corrigindo falhas, inconsistências ou indisponibilidades de forma proativa, garantindo a continuidade dos serviços.

11.9 Prestar suporte técnico especializado, dentro dos prazos estabelecidos, para atendimento de incidentes, falhas, solicitações de restauração e demais demandas da Contratante.

11.10 Manter atualizada a solução contratada, promovendo correções, atualizações e melhorias necessárias ao seu adequado funcionamento, sem prejuízo da operação e sem custos adicionais para a Administração.

11.11 Manter absoluto sigilo sobre os dados, informações e ambientes acessados em razão da execução contratual durante e após o período vigente do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

12.1 Efetuar o pagamento à Contratada pelos itens devidamente fornecidos, após o recebimento definitivo do objeto e a regular apresentação e atesto das Notas Fiscais, observadas as condições, prazos e exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente.

12.2 Designar formalmente servidor ou comissão para exercer a fiscalização, o acompanhamento e o controle da execução do fornecimento, verificando a conformidade dos itens entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

12.3 Comunicar formalmente à Contratada toda e qualquer irregularidade, falha, desconformidade ou ocorrência verificada durante a execução do objeto, especialmente aquelas relacionadas à qualidade dos produtos/serviços fornecidos, fixando prazo para adoção das providências corretivas cabíveis.

12.4 Disponibilizar as condições técnicas, administrativas e operacionais necessárias para que a Contratada possa executar o fornecimento em conformidade com as normas do Edital, deste Termo de Referência, do contrato e da legislação aplicável.

12.5 Notificar formalmente a Contratada, sempre que constatados defeitos, vícios, avarias ou irregularidades nos produtos/serviços entregues, fixando prazo razoável para correção, substituição ou saneamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.6 Aplicar as sanções administrativas previstas nos casos inexecução total ou parcial do contrato, atraso, descumprimento de obrigações ou demais infrações contratuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Edital e do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.7 Acompanhar e fiscalizar todas as atividades executadas pela Contratada, referentes ao fornecimento do item contratado, verificando a conformidade com as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, sem que tal fiscalização exima a Contratada da plena responsabilidade por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão na execução do objeto.

13. ESTIMATIVA DE VALOR

13.1 Conforme estimativa realizada pelo Setor de Compras, com base em três cotações, a proposta considerada mais vantajosa, conforme mapa de apuração em anexo.

14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1 Menor preço global. O julgamento pelo menor preço global justifica-se em razão da necessidade de integração técnica, compatibilidade operacional e responsabilidade única pela solução contratada.

14.2 O parcelamento da solução poderá comprometer a integração dos serviços, a compatibilidade técnica, a gestão operacional, a responsabilização por falhas e a eficiência da solução.

14.3 A adoção do critério global observa o disposto no artigo 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

15. MODALIDADE

15.1 Pregão Eletrônico, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

16. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

16.1 A Câmara Municipal de Sarzedo, quitará os pagamentos em até 10 (dez) dias após o recebimento das notas fiscais correspondentes, emitidas sem rasura, em letra legível em nome



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

da Câmara Municipal de Sarzedo constando dados da conta corrente, agência bancária, bem como o número da Solicitação de Fornecimento (S.F) e apresentação dos documentos: Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito de Negativa e Certificado de Regularidade com o FGTS, Simples Nacional vigentes;

16.2 As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente instruídas, contendo todas as discriminações necessárias, devendo ser atestadas pelo órgão recebedor, que encaminhará as mesmas à Seção Financeira;

16.3 A Câmara Municipal reserva-se o direito de efetuar o pagamento somente após a comprovação da execução integral dos serviços previstos neste Termo de Referência, devidamente atestados pela fiscalização contratual, e em conformidade com as condições estabelecidas na Solicitação de Fornecimento (S.F.) e demais documentos contratuais;

16.4 As notas fiscais deverão ser emitidas em conformidade com cada Solicitação de Fornecimento.

16.5 No caso de diminuição dos preços, a contratada deverá repassar o mesmo índice de reajuste a menor ao município;

16.6 Conforme o Decreto nº 1607/2023 do Município de Sarzedo e a Instrução Normativa RFB nº 2145/2023, a retenção do Imposto de Renda será efetuada no ato do pagamento, obedecendo aos percentuais e às atividades estabelecidos nesses dispositivos legais. Não há retenção das empresas enquadradas no Simples Nacional, que devem indicar essa informação na Nota Fiscal.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA:

17.1 O prazo da vigência é de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

18. DA PRORROGAÇÃO

18.1 O contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo permitido pela legislação vigente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

I – Reste demonstrado o interesse público na continuidade da contratação;

II – Seja comprovada a vantajosidade econômica da prorrogação, mediante análise comparativa



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

de preços de mercado;

III – a contratada mantenha todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

IV – Haja disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a despesa;

V – Inexista penalidade impeditiva aplicada à contratada.

18.2 A prorrogação contratual deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, precedida de manifestação técnica do gestor e do fiscal do contrato, bem como de autorização da autoridade competente.

18.3 A eventual prorrogação não gera direito subjetivo à contratada, constituindo-se em faculdade exclusiva da Administração, condicionada ao atendimento do interesse público.

19. DO REAJUSTE CONTRATUAL

19.1 Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

19.2 Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação contratual, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da contratada, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

19.3 O reajuste será aplicado exclusivamente sobre os valores efetivamente contratados, observada a periodicidade anual, vedada qualquer forma de reajuste retroativo.

19.4 A concessão do reajuste ficará condicionada à comprovação da manutenção da vantajosidade econômica do contrato para a Administração, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

19.5 Em caso de redução comprovada dos preços praticados no mercado, a contratada deverá repactuar os valores a menor, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro em favor da Administração.

20. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1 Poderá ser concedida revisão contratual visando ao restabelecimento do equilíbrio

econômico-financeiro inicialmente pactuado, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

20.2 A revisão dependerá de comprovação do fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que tenha impactado significativamente os custos da execução contratual.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

21.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Sarzedo/MG, para exercício de 2026, na classificação abaixo:

Dotação Orçamentária nº: 21. 3.3.90.40.00.00.00.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ACEITE DOS SERVIÇOS

22.1 A execução contratual será aferida mensalmente pela Contratante, mediante análise técnica da regularidade dos serviços prestados, observando-se os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, os níveis mínimos de serviço (SLA) e indicadores operacionais da solução contratada.

22.2 Para fins de medição e acompanhamento da execução contratual, poderão ser analisados, dentre outros, os seguintes elementos:

- a)** Relatórios de execução das rotinas de backup;
- b)** Logs Operacionais da solução;
- c)** Indicadores de disponibilidade da plataforma;
- d)** Relatórios de monitoramento e acompanhamento das rotinas executadas;
- e)** Comprovação de atendimento aos chamados técnicos registrados;
- f)** Resultados dos testes de restauração realizados;
- g)** Verificação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos.

22.3 O recebimento provisório da implantação ocorrerá após a conclusão da instalação,

configuração inicial e disponibilização da solução de backup em nuvem para utilização pela Câmara Municipal de Sarzedo.

22.4 O recebimento definitivo da implantação somente ocorrerá após:

- a) Validação técnica dos testes de restauração de dados;
- b) Comprovação do pleno funcionamento da solução implantada;
- c) Entrega da documentação técnica prevista neste Termo de Referência;
- d) Realização do treinamento da equipe técnica da Contratante.

22.5 O recebimento mensal dos serviços ocorrerá mediante atesto do fiscal do contrato, após verificação da regular execução contratual, da estabilidade da solução, da execução das rotinas de backup e do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

22.6 Constatadas irregularidades, falhas operacionais, indisponibilidades ou descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos, a Contratada deverá promover as correções necessárias no prazo definido pela Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1 A Câmara Municipal de Sarzedo poderá revogar o procedimento de contratação, no todo ou em parte, por razões de conveniência administrativa ou de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente motivado, bem como anulá-lo, total ou parcialmente, sempre que constatada ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

23.2 A anulação do procedimento de contratação não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, quando comprovada a boa-fé do contratado e o efetivo prejuízo decorrente da anulação.

23.3 Após a fase de classificação das propostas, não será admitida a desistência da proposta apresentada, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e expressamente aceito pela Câmara Municipal de Sarzedo.

23.4 Pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar à Contratada as sanções administrativas cabíveis, observada a natureza e a



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

gravidade da infração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 104 da Lei nº 14.133/2021, mediante regular instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR), em conformidade com o rito, as competências e os critérios estabelecidos na Portaria nº 64/2025 da Câmara Municipal de Sarzedo.

23.5 As sanções administrativas somente poderão ser aplicadas após decisão proferida por autoridade competente, precedida de regular instrução processual, observando-se os princípios da legalidade, da proporcionalidade, da razoabilidade, da motivação e da individualização da penalidade, nos termos da legislação vigente e da Portaria nº 64/2025.

23.6 A aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e neste Termo de Referência não exclui a possibilidade de adoção de outras medidas administrativas, civis ou legais cabíveis, quando caracterizada conduta que importe danos ao erário, violação a dever contratual relevante ou afronta aos princípios que regem a Administração Pública.

Sarzedo, 16 de março de 2026.

Mateus Pinheiro da Silva Amaral
Agente de Contratação
Câmara de Sarzedo

Felipe Jorge Rodrigues de Sousa
Auxiliar de Informática
Câmara de Sarzedo

ANEXO VI – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de Solução de Backup em Nuvem Câmara Municipal de Sarzedo – MG

Data: 16 de março de 2026

VERSÃO 02/2026

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a necessidade de contratação de solução especializada para backup em nuvem e recuperação de desastres, visando assegurar a proteção, disponibilidade, integridade e recuperabilidade dos dados institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo.

A contratação decorre da necessidade de adequação às boas práticas de governança de Tecnologia da Informação, segurança da informação e continuidade dos serviços públicos essenciais.

2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Atualmente, os mecanismos de backup adotados pela Administração encontram-se restritos ao ambiente local, sem segregação física entre os dados de produção e suas respectivas cópias de segurança.

Tal cenário caracteriza risco elevado, considerando:

- inexistência de cópias externas (offsite)
- vulnerabilidade a eventos físicos e lógicos
- ausência de mecanismos robustos de recuperação de desastres
- limitação na capacidade de escalabilidade e automação

A manutenção do cenário atual compromete a continuidade dos serviços e a integridade do patrimônio informacional.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação encontra respaldo nos seguintes princípios e diretrizes:

- continuidade do serviço público

- eficiência administrativa
- segurança da informação
- mitigação de riscos operacionais
- proteção de dados institucionais

Adicionalmente, alinha-se às boas práticas de mercado, incluindo frameworks como:

- governança de TI
- gestão de continuidade de negócios
- segurança da informação

4. LEVANTAMENTO DE ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO

4.1 Manutenção do modelo atual (backup local)

- Não atende aos requisitos mínimos de segurança
- Elevado risco de indisponibilidade total

4.2 Backup em mídias externas

- Dependência de operação manual
- Risco de falhas humanas
- Baixa confiabilidade operacional

4.3 Solução de Backup em Nuvem

- Armazenamento externo seguro
- Automação de rotinas
- Monitoramento contínuo
- Escalabilidade
- Recuperação rápida e confiável

5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A solução em nuvem apresenta melhor relação custo-benefício ao longo do tempo, considerando:

- redução de riscos de perda de dados
- eliminação de investimentos em infraestrutura física adicional

- maior eficiência operacional
- maior nível de automação e controle

Sob o aspecto técnico, trata-se da única alternativa capaz de garantir níveis adequados de RPO e RTO.

6. ESTIMATIVA DE DEMANDA E QUANTITATIVOS

Com base no levantamento técnico:

- volume atual: **3,87 TB**
- crescimento estimado: **20%**
- volume projetado: **4,6 TB**
- capacidade adotada: **5 TB**

Infraestrutura contemplada:

- 01 servidor físico
- 05 máquinas virtuais

A solução deverá permitir expansão sob demanda.

7. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE CUSTOS

A composição de custos considerará:

- serviços de implantação
- treinamento e documentação
- licenciamento
- armazenamento em nuvem
- suporte técnico e monitoramento

Os valores serão definidos mediante pesquisa de mercado, conforme disposto na legislação vigente.

8. RESULTADOS ESPERADOS

Com a contratação, espera-se:

- mitigação de riscos de perda de dados
- aumento da disponibilidade das informações

- melhoria na gestão de backup
- recuperação eficiente em incidentes
- conformidade com boas práticas e normas de segurança

9. ANÁLISE DE VIABILIDADE

A contratação demonstra-se:

- **tecnicamente viável**, diante da maturidade das soluções disponíveis
- **operacionalmente viável**, compatível com o ambiente existente
- **economicamente justificável**, considerando os riscos mitigados

10. MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO (anexa no final)

11. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO

Declara-se que a presente contratação está alinhada:

- ao planejamento institucional
- às necessidades operacionais do órgão
- às diretrizes de segurança da informação
- à legislação vigente

12. CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação de solução de backup em nuvem com recuperação de desastres é a alternativa mais adequada para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Sarzedo, devendo prosseguir para a fase de elaboração do Termo de Referência e demais atos do processo licitatório.

MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Nº	Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas de Mitigação
1	Falha na execução dos backups	Média	Alto	Alto	Monitoramento contínuo e alertas automatizados
2	Perda de dados por falha de restauração	Baixa	Alto	Médio	Testes periódicos de restauração
3	Indisponibilidade da solução em nuvem	Baixa	Alto	Médio	SLA mínimo de 99,5% e redundância
4	Vazamento de dados	Baixa	Alto	Médio	Criptografia e controle de acesso
5	Crescimento superior ao previsto	Média	Médio	Médio	Previsão contratual de expansão
6	Falha humana na operação	Média	Médio	Médio	Treinamento e documentação
7	Dependência do fornecedor	Média	Médio	Médio	Documentação completa e padrões abertos
8	Ataques cibernéticos (ransomware)	Alta	Alto	Alto	Backup imutável e versionamento
9	Falha de conectividade	Média	Médio	Médio	Redundância de link e reexecução automática
10	Inexecução contratual	Baixa	Alto	Médio	Penalidades contratuais e SLA

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Felipe Jorge Rodrigues de Sousa
Auxiliar de Informática



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2026

Pregão Eletrônico Nº: 04/2026

Processo Administrativo Nº: 21/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARZEDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 02.306.182/0001-59, com sede administrativa na Rua Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, nº 199, Centro, Sarzedo, Estado de Minas Gerais, CEP 32450-000, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Paulo Geovani Barbosa Pereira, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr. _____, brasileiro, residente e domiciliado em _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelos princípios constitucionais da Administração Pública, pelo Termo de Referência que o instrui, pelas normas regulamentares municipais aplicáveis e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FINALIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO

1.1. O presente contrato é celebrado com fundamento no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de procedimento administrativo regularmente instruído, formalizado e motivado, que culminou na dispensa de licitação, devidamente justificada, nos termos da legislação vigente.

1.2. A contratação visa atender necessidade permanente, contínua e essencial da Administração Pública, relacionada à prestação de serviços técnicos especializados de backup em nuvem (Cloud Backup), destinados à proteção, armazenamento seguro, replicação externa, monitoramento e restauração de dados institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo, incluindo implantação, configuração, operação assistida, suporte técnico especializado,



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

treinamento e disponibilização da infraestrutura tecnológica necessária à execução da solução contratada.

1.3. Os serviços contratados têm por finalidade assegurar a proteção, integridade, disponibilidade, confidencialidade e recuperação dos dados institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo, garantindo continuidade operacional dos serviços públicos, mitigação de riscos relacionados à perda de dados, falhas de hardware, incidentes de segurança, corrupção de informações, indisponibilidade de sistemas, erros operacionais e demais eventos que possam comprometer o ambiente tecnológico da instituição.

1.4. A solução contratada destina-se à implementação de ambiente seguro de backup em nuvem com replicação externa, monitoramento contínuo das rotinas de backup, políticas de retenção de dados, recuperação de arquivos, pastas e servidores, bem como suporte às atividades administrativas, legislativas, institucionais e operacionais da Câmara Municipal de Sarzedo, observadas as diretrizes de segurança da informação, disponibilidade e continuidade tecnológica.

1.5. A formalização do presente ajuste observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, segregação de funções, motivação, proporcionalidade, razoabilidade, segurança jurídica, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, consagrados no art. 37 da Constituição Federal e reafirmados pela Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de backup em nuvem (Cloud Backup), destinados à proteção, armazenamento seguro, replicação externa, monitoramento contínuo e restauração de dados institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo, incluindo implantação, configuração, operação assistida, suporte técnico especializado, treinamento e disponibilização da infraestrutura tecnológica necessária à execução da solução contratada.

2.2. O objeto compreende a disponibilização de solução tecnológica de backup em nuvem com capacidade inicial de armazenamento compatível com as necessidades da CONTRATANTE, contemplando, no mínimo, rotinas de backup completo, incremental e diferencial, replicação externa de dados, recuperação de arquivos, pastas e servidores, monitoramento contínuo,



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

controle de acesso, registro de logs, versionamento, políticas de retenção e demais funcionalidades necessárias à proteção e continuidade dos dados institucionais.

2.3. Os serviços contratados deverão observar integralmente as especificações técnicas, requisitos de segurança da informação, níveis de serviço (SLA), padrões de qualidade, requisitos operacionais e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora, os quais integram o presente contrato para todos os fins de direito.

2.4. Toda e qualquer condição, obrigação, exigência técnica, operacional, administrativa, procedimental ou de segurança da informação não expressamente prevista neste contrato será complementada e interpretada em conjunto com as disposições constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta vencedora, prevalecendo tais documentos como partes integrantes, complementares e subsidiárias do presente instrumento contratual.

2.5. Na hipótese de omissão, dúvida interpretativa ou ausência de previsão específica neste contrato, deverão ser observadas e aplicadas, de forma complementar e subsidiária, as disposições constantes no Termo de Referência e no Edital do procedimento de contratação, os quais servirão como referência técnica, operacional e administrativa para execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DIMENSIONAMENTO DOS SERVIÇOS

3.1. A presente contratação destina-se ao atendimento das necessidades de proteção, armazenamento seguro, replicação externa, monitoramento contínuo e recuperação de dados institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo, visando garantir a continuidade dos serviços administrativos, legislativos e operacionais, bem como a integridade, disponibilidade e segurança das informações institucionais.

3.2. O dimensionamento da solução contratada foi realizado com base em levantamento técnico do ambiente tecnológico atualmente existente na Câmara Municipal de Sarzedo, considerando o volume de dados armazenados, os servidores físicos e virtuais em operação, as necessidades de retenção, crescimento estimado do ambiente e os requisitos de continuidade e segurança da informação.

3.3. A solução deverá contemplar capacidade inicial estimada de armazenamento em nuvem compatível com o volume de dados definido no Termo de Referência, possuindo caráter estimativo e referencial, podendo ocorrer variações decorrentes do crescimento natural do



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

ambiente tecnológico da CONTRATANTE.

3.4. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, durante toda a vigência contratual, compreendendo implantação, configuração, monitoramento, operação assistida, execução das rotinas de backup, testes de restauração, suporte técnico especializado e demais serviços relacionados à solução contratada.

3.5. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$**, conforme proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE.

3.6 Quantitativo:

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<p>IMPLANTAÇÃO-TREINAMENTO-DOCUMENTAÇÃO COMPREENDE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO DE BACKUP EM NUVEM, INCLUINDO TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA ENTRADA EM OPERAÇÃO ASSISTIDA, SENDO:</p> <p>LEVANTAMENTO DETALHADO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO DA CONTRATANTE (SERVIDORES FÍSICOS, VIRTUAIS, VOLUMES DE DADOS, SISTEMAS E APLICAÇÕES) COMPATIBILIDADE COM WINDOWS SERVER, LINUX E AMBIENTES DE VIRTUALIZAÇÃO(HYPERV)</p> <p>DEFINIÇÃO DA ARQUITETURA DA SOLUÇÃO DE BACKUP E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS</p> <p>INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE AGENTES, SOFTWARES E CONSOLES DE GERENCIAMENTO</p> <p>PARAMETRIZAÇÃO DAS ROTINAS DE BACKUP (COMPLETO, INCREMENTAL E DIFERENCIAL)</p> <p>CONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS DE RETENÇÃO (DEFINIÇÃO DE POLÍTICA DE RETENÇÃO DE DADOS DE 7 DIAS CORRIDOS), VERSIONAMENTO E CRIPTOGRAFIA</p> <p>CONFIGURAÇÃO DE REPLICAÇÃO EXTERNA E ARMAZENAMENTO EM NUVEM</p> <p>EXECUÇÃO DE TESTES DE CONECTIVIDADE, DESEMPENHO E SEGURANÇA</p> <p>REALIZAÇÃO DE BACKUP INICIAL (FULL BACKUP)</p>	SRV	1		

EXECUÇÃO DE TESTES DE RESTAURAÇÃO (ARQUIVOS, PASTAS E SERVIDORES COMPLETOS)

VALIDAÇÃO TÉCNICA JUNTO À EQUIPE DA CONTRATANTE

INCLUI AINDA:

TREINAMENTO TÉCNICO OPERACIONAL, COM CARGA MÍNIMA DE 4 HORAS, ABORDANDO:

OPERAÇÃO DA FERRAMENTA

MONITORAMENTO DAS ROTINAS

ANÁLISE DE ALERTAS E LOGS

PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

BOAS PRÁTICAS DE BACKUP E SEGURANÇA

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA COMPLETA, CONTEMPLANDO:

ARQUITETURA DA SOLUÇÃO

CONFIGURAÇÃO IMPLEMENTADA

POLÍTICAS DE BACKUP

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA EXPANSÃO FUTURA

TODOS OS ITENS AQUI DESCRITOS TÊM COMO FUNDAMENTO O TERMO DE REFERÊNCIA E O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, CUJAS DISPOSIÇÕES SÃO CONSIDERADAS MAIS DETALHADAS E PREVALECEM PARA FINS DE INTERPRETAÇÃO. O PRESENTE DESCRITIVO NÃO EXCLUI TAIS DOCUMENTOS, MAS OS COMPLEMENTA, DEVENDO SER ANALISADO DE FORMA CONJUNTA E INTEGRADA A ELES.

2

SUORTE-MONITORAMENTO-OPERAÇÃO-BACKUP-EM-NUVEM PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, SENDO MÊNSAL O QUANTITATIVO COMPREENDENDO: MONITORAMENTO ATIVO DAS ROTINAS DE BACKUP EM REGIME 24X7X365 VERIFICAÇÃO DIÁRIA DA EXECUÇÃO DOS BACKUPS TRATAMENTO DE FALHAS, ALERTAS E INCONSISTÊNCIAS REEXECUÇÃO AUTOMÁTICA OU ASSISTIDA DE ROTINAS COM ERRO ACOMPANHAMENTO DA INTEGRIDADE DOS DADOS ARMAZENADOS GESTÃO DO AMBIENTE DE BACKUP E CAPACIDADE CONTRATADA SUPORTE TÉCNICO REMOTO ESPECIALIZADO O

SRV
MENSAL

12

	SUPORTE DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS: REGIME 8X5 COM CANAL EMERGENCIAL FORA DO HORÁRIO COMERCIAL ATENDIMENTO POR TELEFONE, E-MAIL E SISTEMA DE CHAMADOS TODOS EM LINGUAGEM PORTUGUÊS- BRASIL TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA: 4 HORAS REGISTRO E ACOMPANHAMENTO DE CHAMADOS (SLA) INCLUI AINDA: APOIO EM PROCEDIMENTOS DE RESTAURAÇÃO SOB DEMANDA ORIENTAÇÃO TÉCNICA À EQUIPE DA CONTRATANTE ATUALIZAÇÕES E CORREÇÕES DA PLATAFORMA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.				
3	VALOR MENSAL POR 5120 GIGAS SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO EM NUVEM PARA BACKUP DE DADOS, CONTEMPLANDO EM CADA GIGA : ARMAZENAMENTO SEGURO EM DATACENTER EXTERNO CRIPTOGRAFIA DE DADOS EM TRÂNSITO E EM REPOUSO REPLICAÇÃO EXTERNA DOS DADOS (GEORREDUNDÂNCIA OU REDUNDÂNCIA LÓGICA) ALTA DISPONIBILIDADE DA PLATAFORMA (MÍNIMO DE 99,5%) ESCALABILIDADE SOB DEMANDA RETENÇÃO CONFORME POLÍTICAS DEFINIDAS VERSIONAMENTO DE ARQUIVOS RECUPERAÇÃO POR PONTO NO TEMPO (POINT-IN-TIME RESTORE) INCLUI: TRÁFEGO DE DADOS (UPLOAD E DOWNLOAD), QUANDO APLICÁVEL ARMAZENAMENTO DE MÚLTIPLAS VERSÕES CONFORME POLÍTICA DE RETENÇÃO MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA EM NUVEM A SOLUÇÃO DEVERÁ SUPPORTAR CRESCIMENTO FUTURO DO VOLUME ARMAZENADO, MEDIANTE AMPLIAÇÃO CONTRATUAL.	SRV MENSAL	12		
4	01 (UMA) LICENÇA MENSAL DE HOST (SERVIDOR FÍSICO) LICENCIAMENTO DA SOLUÇÃO DE BACKUP PARA PROTEÇÃO DE SERVIDOR FÍSICO (HOST), INCLUINDO: BACKUP COMPLETO DA MÁQUINA FÍSICA BACKUP EM NÍVEL DE IMAGEM (IMAGE-BASED BACKUP) COMPATIBILIDADE COM AMBIENTES VIRTUALIZADOS SUPORTE A RESTAURAÇÃO BARE-METAL (RECUPERAÇÃO COMPLETA DO SERVIDOR) INTEGRAÇÃO COM HIPERVISORES AGENDAMENTO E AUTOMAÇÃO DAS ROTINAS DE BACKUP GERENCIAMENTO CENTRALIZADO VIA CONSOLE INCLUI: ATUALIZAÇÕES DA LICENÇA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL SUPORTE ÀS VERSÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATÍVEIS PROTEÇÃO CONTÍNUA DO AMBIENTE FÍSICO	SRV MENSAL	12		
5	05 LICENÇAS MENSAIS PARA MÁQUINAS VIRTUAIS: LICENCIAMENTO INDIVIDUAL PARA PROTEÇÃO DE MÁQUINAS VIRTUAIS, CONTEMPLANDO: BACKUP COMPLETO, INCREMENTAL E DIFERENCIAL BACKUP EM NÍVEL DE IMAGEM E/OU ARQUIVO RESTAURAÇÃO GRANULAR DE ARQUIVOS E PASTAS RESTAURAÇÃO COMPLETA DE MÁQUINAS VIRTUAIS RECUPERAÇÃO RÁPIDA EM CASO DE FALHA SUPORTE A AMBIENTES WINDOWS E LINUX COMPATIBILIDADE COM PLATAFORMAS DE VIRTUALIZAÇÃO INCLUI: GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE TODAS AS VMS	SRV MENSAL	12		

AGENDAMENTO AUTOMATIZADO DE BACKUPS POLÍTICAS DE RETENÇÃO INDEPENDENTES POR VM SUPORTE A RECUPERAÇÃO POR PONTO NO TEMPO (POINT-IN-TIME RESTORE) A SOLUÇÃO DEVERÁ PERMITIR A INCLUSÃO DE NOVAS MÁQUINAS VIRTUAIS MEDIANTE EXPANSÃO CONTRATUAL				
---	--	--	--	--

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A execução contratual ocorrerá sob o regime de prestação continuada de serviços técnicos especializados de backup em nuvem (Cloud Backup), compreendendo implantação, configuração, operação assistida, monitoramento contínuo, execução das rotinas de backup, testes de restauração, suporte técnico especializado e disponibilização da infraestrutura tecnológica necessária à adequada execução do objeto contratado.

4.2. A implantação inicial da solução ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço, Solicitação de Fornecimento ou instrumento equivalente expedido pela CONTRATANTE, a partir do qual terá início a configuração, parametrização e ativação da solução contratada.

4.3. A execução dos serviços deverá observar integralmente as especificações técnicas, níveis mínimos de serviço (SLA), requisitos de segurança da informação, políticas de retenção de dados, requisitos de disponibilidade e demais condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora.

4.4. Não será devido qualquer pagamento por serviços executados em desconformidade com as condições estabelecidas pela CONTRATANTE, sem autorização prévia quando exigida, ou em desacordo com os parâmetros técnicos, operacionais e administrativos previstos neste contrato e seus documentos complementares.

4.5. A contratação possui natureza continuada, considerando a necessidade permanente de proteção, armazenamento, monitoramento e recuperação de dados institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo, indispensáveis à continuidade das atividades administrativas, legislativas, institucionais e operacionais da Administração Pública.

4.6. A CONTRATADA deverá garantir funcionamento contínuo da solução em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), observados os níveis mínimos de disponibilidade, desempenho, suporte técnico e segurança da informação estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência.



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES E DO MODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados de forma híbrida, compreendendo atividades realizadas em ambiente remoto, por meio da infraestrutura em nuvem disponibilizada pela contratada, e atividades presenciais eventualmente necessárias nas dependências da Câmara Municipal de Sarzedo, especialmente para implantação, configuração inicial, validação técnica, suporte especializado, treinamento e demais procedimentos relacionados à execução contratual.

5.2. A implantação da solução deverá ser realizada mediante prévia autorização da CONTRATANTE, observadas as condições técnicas, operacionais e de segurança da informação estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência e no Edital.

5.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pela disponibilização, funcionamento, monitoramento, proteção, integridade, confidencialidade e segurança da solução de backup em nuvem, incluindo os ambientes de armazenamento, replicação externa, infraestrutura tecnológica, sistemas de gerenciamento e demais recursos necessários à adequada execução do objeto contratado.

5.4. Todos os custos relacionados à implantação, configuração, operação assistida, monitoramento, suporte técnico, treinamento, manutenção da solução, atualização da plataforma, armazenamento em nuvem, transferência de dados, licenciamento, infraestrutura tecnológica e demais procedimentos necessários à perfeita execução contratual deverão ocorrer sem ônus adicional para a CONTRATANTE, salvo hipóteses expressamente previstas no instrumento contratual.

5.5. A execução dos serviços deverá ser realizada por profissionais qualificados, capacitados e tecnicamente habilitados, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, boas práticas de segurança da informação, diretrizes de proteção de dados, níveis mínimos de serviço (SLA) e demais regulamentações pertinentes ao objeto contratado.

5.6. A solução contratada deverá operar em ambiente seguro, com mecanismos adequados de criptografia, controle de acesso, autenticação, registro de logs, monitoramento contínuo e proteção contra perda, corrupção, vazamento ou acesso não autorizado aos dados



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo.

5.7. A CONTRATADA deverá garantir que os dados armazenados e processados no âmbito da execução contratual permaneçam hospedados em datacenter compatível com os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, observadas as exigências relativas à disponibilidade, redundância, segurança física e lógica e continuidade operacional da solução.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE ATENDIMENTO E DA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A implantação inicial da solução de backup em nuvem deverá ser iniciada pela contratada pelo prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, contado da emissão da Ordem de Serviço, Solicitação de Fornecimento ou instrumento equivalente expedido pela CONTRATANTE.

6.2. A implantação deverá contemplar, no mínimo, configuração da solução, integração com o ambiente tecnológico existente, parametrização das rotinas de backup, testes iniciais de funcionamento, validação técnica, configuração das políticas de retenção e ativação completa da solução contratada.

6.3. Os serviços de backup em nuvem deverão operar de forma contínua e ininterrupta em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), garantindo a adequada execução das rotinas de backup, monitoramento contínuo, disponibilidade da solução e proteção dos dados institucionais da Câmara Municipal de Sarzedo.

6.4. Os chamados técnicos, incidentes, falhas operacionais, indisponibilidades da solução e demais solicitações da CONTRATANTE deverão ser atendidos pela CONTRATADA dentro dos prazos de SLA estabelecidos no Termo de Referência e neste contrato.

6.5. O prazo máximo para início do atendimento técnico deverá observar os níveis mínimos de serviço contratados, contados da abertura formal do chamado pela CONTRATANTE, independentemente do canal de atendimento utilizado.

6.6. Excepcionalmente, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela CONTRATADA, os prazos relacionados à implantação ou regularização de falhas poderão ser prorrogados uma única vez, desde que previamente autorizados pela CONTRATANTE e sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos e à proteção dos dados institucionais.

6.7. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos, a interrupção indevida dos

serviços, o não atendimento aos níveis mínimos de serviço (SLA) ou a falha na execução das rotinas de backup poderá caracterizar inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas previstas neste contrato, no Termo de Referência, no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

7.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

7.2 O contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser prorrogado sucessivamente, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo permitido pela legislação vigente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

7.2.1 Reste demonstrado o interesse público na continuidade da contratação;

7.2.2 Seja comprovada a vantajosidade econômica da prorrogação, mediante análise comparativa de preços de mercado;

7.2.3 A contratada mantenha todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.2.4 Haja disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a despesa;

7.2.5 Inexista penalidade impeditiva aplicada à contratada.

7.3 A prorrogação contratual deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, precedida de manifestação técnica do gestor e do fiscal do contrato, bem como de autorização da autoridade competente.

7.4. A eventual prorrogação não gera direito subjetivo à CONTRATADA, constituindo-se em faculdade exclusiva da Administração Pública, condicionada à conveniência administrativa, ao interesse público e ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

7.5. Na hipótese de prorrogação contratual, permanecerão vigentes todas as obrigações relacionadas à segurança da informação, confidencialidade, proteção de dados, suporte técnico, disponibilidade da solução e demais condições técnicas estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE CONTRATUAL

8.1 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência do contrato, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

8.2 Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação contratual, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da contratada, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

8.3 O reajuste será aplicado exclusivamente sobre os valores efetivamente contratados, observada a periodicidade anual, vedada qualquer forma de reajuste retroativo.

8.4 A concessão do reajuste ficará condicionada à comprovação da manutenção da vantajosidade econômica do contrato para a Administração, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.5 Em caso de redução comprovada dos preços praticados no mercado, a contratada deverá repactuar os valores a menor, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro em favor da Administração.

CLÁUSULA NONA– DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. A Câmara Municipal de Sarzedo efetuará o pagamento pelos produtos/serviços efetivamente fornecidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente emitida sem rasuras, em letra legível, em nome da Câmara Municipal de Sarzedo, devendo conter, obrigatoriamente, os dados da conta corrente e da agência bancária para crédito, bem como o número da Solicitação de Fornecimento (S.F.) correspondente, acompanhada da apresentação dos seguintes documentos válidos e vigentes:

I – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

II – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

III – Comprovação de enquadramento no Simples Nacional, quando aplicável.

9.2. Na hipótese de qualquer dos documentos mencionados no item 8.1 encontrar-se com prazo de validade expirado, a CONTRATADA deverá providenciar sua imediata regularização e



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

reapresentação, ficando o pagamento automaticamente retido até a completa regularização documental, sem que disso decorra direito a correção monetária, juros, atualização financeira ou qualquer forma de indenização.

9.3. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser obrigatoriamente instruídas com todas as discriminações necessárias à perfeita identificação dos serviços prestados e materiais fornecidos relativos aos exteriores de incêndio, devendo ser formamente atestadas pelo órgão competente ou servidor responsável pelo recebimento, que, após a verificação da regularidade da execução contratual, as encaminhará à Seção Financeira para processamento do pagamento.

9.4. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal correspondente exclusivamente aos serviços efetivamente executados, em estrita conformidade com os valores unitários, as condições contratuais, o Termo de Referência e a respectiva Solicitação de Fornecimento (S.F.), sendo vedada a cobrança de serviços não autorizados, não executados ou executados em desconformidade com o contrato.

9.5. A Câmara Municipal de Sarzedo reserva-se o direito de efetuar o pagamento somente após a comprovação da execução integral, regular e satisfatória dos fornecimentos, devidamente atestados pela fiscalização contratual, e em absoluta conformidade com as condições estabelecidas na Solicitação de Fornecimento (S.F.), neste contrato e nos demais documentos que o integram.

9.6. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas individualmente para cada Solicitação de Fornecimento, vedada a consolidação de serviços distintos em documento fiscal único que comprometa a adequada conferência, fiscalização, controle e rastreabilidade da execução contratual.

9.7. Na hipótese de redução dos preços praticados no mercado, de diminuição dos valores contratuais ou de qualquer outro fato legalmente admitido que implique redução de custos, a CONTRATADA obriga-se a repassar integralmente à CONTRATANTE o mesmo índice de redução, de forma proporcional, assegurando-se a observância dos princípios da economicidade, eficiência e supremacia do interesse público.

9.8. Nos termos do Decreto Municipal nº 1.607/2023, bem como da Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, a retenção do Imposto de Renda será efetuada no ato do pagamento, observados os percentuais e a natureza da atividade exercida, conforme estabelecido nos

referidos dispositivos legais, não sendo aplicável a retenção às empresas optantes pelo Simples Nacional, desde que tal condição seja expressamente indicada na Nota Fiscal, nos termos da legislação tributária vigente.

CLÁUSULA DECIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo descumprimento das obrigações assumidas, pela execução do objeto em desconformidade com este contrato, com o Termo de Referência ou com a legislação aplicável, bem como pela prática de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, observadas, no âmbito da Câmara Municipal de Sarzedo, as disposições da Portaria nº 64/2025, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. As sanções administrativas somente serão aplicadas após a instauração e a conclusão de regular Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR), o qual obedecerá às fases de instauração, defesa e instrução, relatório, julgamento, recurso administrativo e eventual revisão, conforme disciplinado na Portaria nº 64/2025, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas imediatas necessárias à proteção do interesse público, quando cabíveis.

10.3. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração e os critérios de dosimetria previstos na Portaria nº 64/2025, as seguintes sanções administrativas:

I – Advertência;

II – Multa administrativa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a câmara municipal de sarzedo;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da legislação vigente.

10.4. Na aplicação das sanções administrativas, serão observados, de forma obrigatória, os critérios relativos à natureza e à gravidade da infração, às circunstâncias agravantes ou atenuantes, aos danos causados à Administração Pública, à vantagem eventualmente auferida pela CONTRATADA, bem como à existência, implantação ou aperfeiçoamento de programa de



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

integridade, quando aplicável, conforme expressamente previsto na Portaria nº 64/2025.

10.5. A aplicação de sanção administrativa não afasta a possibilidade de rescisão contratual, nem impede a adoção de outras medidas legais cabíveis, inclusive a comunicação aos órgãos de controle interno e externo, quando necessário, bem como a responsabilização civil, administrativa ou ambiental da CONTRATADA, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A rescisão não afasta a aplicação de sanções nem a responsabilização civil ou ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão à conta da dotação: FICHA 21 – 3.3.90.40.00.00.00.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ibirité/MG, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram este contrato o Termo de Referência e todos os documentos que instruíram o processo administrativo.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios da Administração Pública.

Sarzedo, _____ de _____ de 2026.



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais

CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000

E-mail: compras@camarasarzedo.mg.gov.br

Paulo Geovani Barbosa Pereira
Presidente da Câmara

Thiago Camilo Pinto- OAB MG
134.998
Procurador da Câmara de Sarzedo

Representante Legal da Empresa